

**O CONCEITO DE REGIÃO E O ENSINO DE GEOGRAFIA:
DESENCONTROS ENTRE O SABER ESCOLAR E O SABER ACADÊMICO***

**EL CONCEPTO DE LA REGION Y EL CONOCIMIENTO GEOGRÁFICO EN LA
ESCUELA: DISTANCIAS ENTRE CONOCIMIENTO CIENTÍFICO Y CONOCIMIENTO
PRODUCIDO EN LA ESCUELA**

**THE CONCEPT OF REGION AND TEACHING GEOGRAPHY: DISTANCES BETWEEN
ACADEMIC GEOGRAPHICAL KNOWLEDGE AND THE SCHOOL GEOGRAPHICAL
KNOWLEDGE**

Noemia Ramos VIEIRA**

Resumo:

O saber geográfico escolar deve manter-se sintonizado com os avanços e inovações teórico-metodológicas ocorridas com o saber geográfico acadêmico. Se isso não acontece tem-se instalado um desencontro teórico-metodológico entre um e o outro- fato que compromete a qualidade do ensino oferecido nas escolas. A partir desse pressuposto alguns questionamentos são pertinentes: Será que os materiais didáticos, os quais têm a função de colocar o aluno em contato com o saber geográfico, estão atualizados de acordo com o conhecimento geográfico produzido na academia? E os professores que atuam no ensino básico têm acompanhado as inovações teórico-metodológicas sofridas, nos últimos anos, pela ciência geográfica e as tem implantado junto aos alunos? A partir de entrevistas com 51 professores de Geografia das escolas estaduais do perímetro urbano de Marília e da análise da natureza teórico-metodológica do conhecimento geográfico veiculado pelos livros didáticos mais utilizados nas escolas, obtiveram-se alguns esclarecimentos para estes questionamentos. As entrevistas e a análise do conteúdo dos livros didáticos foram norteadas por questionamentos a respeito do significado de região.

Palavras-Chaves: Região – ensino de geografia – saber escolar – saber acadêmico – livro didático.

Resumen: El conocimiento geográfico en la escuela debe permanecer en sintonía con los avances teóricos que ocurren con el conocimientos geográficos académico para garantizar la calidad de la educación que se ofrece en las escuelas. Esto lleva a algunas preguntas: ¿Los materiales educativos para la enseñanza de la geografía básica se actualizan de acuerdo con el conocimiento geográfico producido en el mundo académico? ¿Los maestros de Geografía en la educación básica han acompañado a las innovaciones teóricas y metodológicas sufrido recientemente por la ciencia geográfica? Este texto tiene por objeto ofrecer algunas respuestas a estas preguntas. Se presentan los resultados de una investigación realizada con 51 profesores de geografía en las escuelas públicas en Marília y un análisis de los conocimientos geográficos transmitido por la mayoría de libros didáticos utilizados en las escuelas. Entrevistas y análisis de contenido de libros didáticos fueron guiados por preguntas sobre el significado de región.

Palabras-Claves: Región – enseñanza de la geografía – conocimiento escolar – conocimiento académico – libro didático.

Abstract: The school geographic knowledge must remain in line with theoretical advances produced by academic geographical knowledge. This is important for guarantee much better quality of education which is offered in schools. In this context, there are some important questions: do the teaching manual of geography for the basic level are updated according to the geographical knowledge produced by academia? Do the teachers of Geography in the basic education level have accompanied the theoretical and methodological innovations produced recently by geographical science? Through a research conducted with 51 teachers of Geography, who working in public schools in Marília, and after an analysis of geographic knowledge transmitted by textbooks used in most schools, the goal of this paper is to present some response to these questions. The research with teachers and the analysis of the contents of the textbooks were guided by one principal issue: the meaning of region.

Keywords: Region - geography education - school knowledge – academic knowledge- school-books

1- Introdução

Pautando-se nas discussões realizadas por especialistas sobre a natureza do saber escolar, concebe-se que o conhecimento geográfico produzido nas universidades deva passar por uma série de transformações para que chegue até o aluno do ensino básico e se constitua em um conhecimento a ser ensinado. Essas transformações deverão ser guiadas por princípios didáticos que levarão em conta aspectos de natureza pedagógico-metodológica do ensino.

De acordo com a Professora Vera Vademarin (1998) esse processo constitui uma transposição didática do conhecimento científico, a qual “é elaborada pelo professor por meio da divisão do programa em aulas, sequências didáticas compreensíveis, administração do tempo escolar, tradução dos saberes científicos e eruditos em atividades, exercícios, sínteses etc.” (p. 82)

Para essa autora, o conhecimento a ser ensinado caracteriza-se como “um saber que tem relação com o saber científico, mas, sendo sua finalidade a transmissão e a difusão, deve ser modificado a partir das características da instituição escolar”. (Vademarin, 1998, p.80.). Trata-se de um conhecimento cujo objetivo prioritário é o de gerar aprendizagem.

Isso significa que o conteúdo do conhecimento científico deve ser adaptado ao processo de aprendizagem próprio do ser humano. Essa adaptação deverá ocorrer através da busca das formas que lhe são mais coerentes e produtivas, ou seja, dos procedimentos ideais para sua apropriação pelo aluno. Nesse contexto

O saber escolar está, então, intimamente ligado à atividade de construir significados assimiláveis pelo aluno, fazendo uso da razão, do raciocínio normalizado, organizando o conhecimento numa seqüência compreensível, que deverá ser fixada por exercícios que visem estimular e fixar a aprendizagem... (VADEMARIN, 1998, p. 81)

O conhecimento científico para se tornar conhecimento escolar, passa por um processo de transformação o qual, segundo Vademarin, constitui um trabalho complexo. “Não se trata da transmissão pura e simples de saberes científicos, mas da seleção de determinados resultados científicos adequados à geração de aprendizagem, que não se esgota na aquisição de dados e informações” (1998, p.83).

Nas reflexões realizadas por Candau (2001) encontra-se que no processo de estruturação do método didático deverá existir uma articulação entre as especificidades teórico-metodológicas da ciência de referência com

o sujeito da aprendizagem, com uma visão diferenciada desse sujeito da aprendizagem, que tem sua configuração própria se é uma criança de sete anos, se é um adolescente ou se é um adulto, com o elemento lógico geral também, com o elemento contextual onde se dá a prática pedagógica, com os fins da educação. (CANDAU, 2001, p36)

Juliá (2002), quando discorre sobre a natureza das disciplinas escolares aponta para o fato de que o conteúdo das disciplinas escolares possui relações com o conhecimento científico, mas esse “para poder ser interiorizado pelos alunos, deve ser transformado em objeto de ensino: uma *transposição didática* é uma condição prévia e absoluta” (2002 p.39-40; grifo da autora). Para essa autora o processo de transposição didática deve levar em conta principalmente a idade dos alunos e a capacidade que esses têm de se apropriarem do conhecimento a ser ensinado.

Essas reflexões nos levam a conceber que em muitos aspectos o saber geográfico escolar irá se divergir do saber geográfico acadêmico. Por outro lado, mesmo considerando essas divergências não podemos negar as íntimas relações existentes entre os dois tipos de saberes. A disciplina escolar, em sua constituição, carrega muitos traços teórico-metodológicos da ciência de referência.

Para Vademarin (1998) o vínculo existente entre uma disciplina escolar e a ciência de referência se estabelece pela aprendizagem de formas de pensar e encaminhar soluções próprias de cada área e também pelo acúmulo de informações sobre a área.

A transmissão dos resultados da ciência é uma parcela do trabalho efetuado pelo professor, mediatizada pelos métodos de sua transmissão, pelos afetos, pelos valores políticos e sociais do professor. Mas é também uma forma de introduzir crianças e jovens em formas específicas de raciocínio, que têm sua origem nos diferentes campos de produção do conhecimento e preparam o jovem para aquisições futuras. (p.83)

Candau (2001), também aponta a existência desse vínculo quando defende que o conteúdo específico de cada área do conhecimento a estrutura e a organização interna, a forma como cada área do conhecimento se organiza e se constitui e se pensa a si mesma representam importantíssimos estruturantes do método didático.

Assim conclui-se que o saber geográfico escolar, apesar de se diferenciar em alguns aspectos do saber geográfico acadêmico, deve se manter sintonizado com os avanços e inovações teórico-metodológicas ocorridas com este último. Ele deve se construir levando em consideração a estrutura, a organização interna e a forma como é organizado e pensado o saber geográfico acadêmico. Caso isso não ocorra instala-se um desencontro teórico-metodológico entre um e o outro. O que poderá comprometer a qualidade do ensino e a compreensão do aluno-cidadão sobre a sua realidade.

Estas reflexões conduzem a alguns questionamentos a respeito da natureza teórico-metodológica do saber geográfico escolar que tem sido oferecido nas escolas públicas do Estado de São Paulo: Será que os materiais didáticos¹, os quais tem a função de colocar o aluno em contato com o saber geográfico, estão atualizados de acordo com o conhecimento geográfico produzido na academia? E os professores que atuam no ensino básico têm acompanhado as inovações teórico-metodológicas sofridas, nos últimos anos, pela ciência geográfica e as tem implantado junto aos alunos?

A partir de entrevistas com 51 professores de Geografia das escolas estaduais do perímetro urbano de Marília e da análise da natureza teórico-metodológica do conhecimento geográfico veiculado pelos livros didáticos mais utilizados nas escolas foi possível obter alguns esclarecimentos para esses questionamentos.

As entrevistas e a análise do conteúdo dos livros didáticos foram norteadas por questionamentos a respeito do significado de lugar, paisagem, território e região. O objetivo foi identificar se o conhecimento dos professores e o conteúdo dos livros didáticos utilizados para o ensino de Geografia estavam sintonizados com as últimas produções acadêmicas sobre o significado destas categorias geográficas.

Tendo em vista as limitações de espaço impostas à formatação do presente texto serão apresentados aqui somente os resultados obtidos a respeito da categoria região. Inicialmente serão apresentadas algumas considerações a respeito do conceito de região a fim oferecer ao leitor os parâmetros teóricos que sustentaram as investigações e depois disso serão apresentados os resultados obtidos no que tange à categoria região.

2-O significado de região e a ciência geográfica: o saber acadêmico.

O conceito de região tem sido utilizado por todos os campos do conhecimento, mas as discussões mais acirradas em torno de uma sistematização desse conceito têm ficado por conta da Geografia, uma vez que a região constitui uma categoria analítica dessa ciência.

¹ Livros didáticos, recursos de ensino e o referencial curricular nacional para a área de Geografia – os PCNs

Gomes (2003), em suas reflexões sobre essa temática, identificou três grandes domínios em que a noção de região vem sendo construída: o domínio do conhecimento do senso comum, o domínio da administração e o domínio do conhecimento científico.

Segundo este autor, no que diz respeito ao domínio do conhecimento do senso comum a noção de região está relacionada aos princípios de localização e de extensão. Nesse caso a noção de região

pode ser assim empregada como uma referência associada à localização e à limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial (...), como referência a um conjunto de área onde há o domínio de determinadas características que distingue aquela área das demais. (GOMES, 2003, p. 53)

Nesse contexto não há precisão de limites e nem de escala espacial. Estes critérios são bastante variados.

No que diz respeito ao domínio administrativo a noção de região tem sido utilizada no sentido de delimitação de limites e hierarquias administrativas, ou seja, vista como uma “unidade administrativa e, neste caso, a divisão regional é o meio pelo qual se exerce freqüentemente a hierarquia e o controle na administração dos Estados”. (ibidem, p.53) Segundo Gomes, neste caso o recorte regional tem sido um recurso utilizado tanto pelos Estados modernos na gestão do território, como por muitas instituições e empresas de grande porte como estratégia de gestão dos seus respectivos negócios.

No que se refere ao domínio do conhecimento científico, Gomes reconhece que não somente a Geografia tem se utilizado da noção de região, mas também ciências como a Matemática, a Biologia, a Geologia etc. Nessas, a noção de região possui um emprego também associado à localização de certo domínio de determinados fenômenos. Aqui, o emprego resguarda a etimologia, pois região é vista como “área sob certo domínio ou área definida por uma regularidade de propriedades que a definem”. (Idem, Ibidem, p.54)

Com relação ao domínio da ciência geográfica, Gomes aponta que as tentativas de "elevar" o conceito de região ao nível de um conceito científico têm se verificado como fundamentais na Geografia, mas as dificuldades são muitas.

Nesse sentido os geógrafos passam, então, a adjetivar a noção de região como uma tentativa de diferenciá-la de seu uso pelo senso comum. Nos últimos dois séculos, segundo esse autor, muitos conceitos de região surgiram, os quais se contextualizam em diferentes paradigmas da Geografia.

Sobre a história dos conceitos de região e as respectivas correntes do pensamento geográfico, importantes contribuições foram oferecidas por Corrêa (2003). Esse autor, em um resgate da história da construção dessa ciência, nos esclarece o conceito de região construído por três correntes teóricas da Geografia, quais sejam, a da Geografia Tradicional, da Nova Geografia, da Geografia Crítica e da Geografia Humanista.

Segundo Corrêa, sob os pressupostos da corrente da Geografia Tradicional de um modo geral, a região era vista como uma unidade espacial autônoma, como uma área auto-suficiente. Nesse contexto duas principais concepções de região foram edificadas: o de Região Natural, o qual foi influenciado pela concepção determinista e o de Região Geográfica que se edificou sob a influência da concepção possibilista. Assim,

A região natural é entendida como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultando da combinação ou integração em áreas dos elementos da natureza. (CORRÊA, 2003, p. 23)

Enquanto

A região geográfica abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam, de modo harmonioso, componentes humanos e natureza. A idéia de harmonia(...) constitui um longo processo de evolução/maturação da região, onde muitas obras do homem fixaram-se, ao mesmo tempo com grande força de

permanência e incorporadas sem contradições ao quadro final da ação humana. (Idem,ibidem, p. 23)

O método de análise dessas regiões era o descritivo e os limites dessas regiões eram rigorosamente determinados por fronteiras.

Segundo Corrêa (2003), a partir do movimento de renovação da Geografia novas abordagens e novos significados passam a fazer parte das discussões sobre o conceito de região.

Para Corrêa, a corrente epistemológica da Nova Geografia passou a conceber a região como “um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (2003, p.32). Para essa corrente do pensamento geográfico,

as similaridades e diferenças entre lugares são definidas através de sua mensuração na qual utilizam técnicas estatísticas descritivas como o desvio-padrão, o coeficiente de variação e a análise de agrupamento. Em outras palavras, é a técnica estatística que permite revelar as regiões de uma dada porção da superfície da Terra (Idem, Ibidem, p.32)

A divisão regional assim concebida pressupõe a objetividade do pesquisador.

Em relação a corrente da Geografia Crítica, Corrêa esclarece que de modo coerente com os postulados do marxismo:

A Região pode ser vista como resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas (...) como uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos. (2003, p. 45-46)

Para Corrêa essa tendência geográfica considera a região como uma das dimensões espaciais do processo desigual e combinado do capitalismo. Nesse sentido o regional deveria ser analisado a partir da caracterização desse processo.

Com relação ao conceito de região construído sob os pressupostos da corrente da Geografia Humanista, Lencioni (2003) nos diz que as discussões em torno do conceito de região realizadas por essa corrente geográfica trouxe de volta a vertente historicista da geografia “à medida que a região passou a ser considerada como um espaço que é o produto da história e da cultura” (2003 p. 154).

Nesse contexto,

a região, portanto, passou a ser vista não como constituindo uma realidade objetiva; ao contrário, ela foi concebida como uma construção mental, individual, mas também submetida à subjetividade coletiva de um grupo social, por assim dizer, inscrita na consciência coletiva. (LENCIONI, 2003, p. 155)

Nessa concepção a região é encarada como espaço vivido e não unicamente como espaço material com limites fixos à medida que leva em consideração valores psicológicos que as pessoas têm em relação à região. Mas segundo essa autora, para a Geografia Humanista a região “não se confunde com espaços sociais cotidianos, com os lugares pontuais nem com os grandes espaços”. Ela situa-se “numa escala intermediária, definida segundo a rede de relações que os indivíduos tecem de acordo com os lugares mais frequentados por um determinado grupo social”. (LENCIONI, 2003, p.155-156)

Nesse contexto a análise regional, ultrapassa a investigação geográfica da dinâmica econômica, ou da estrutura social, busca compreender como o homem se coloca em relação à região e, “a partir disso, procura analisar os aspectos estrutural, funcional e subjetivo da região” (Ibidem, 2003, p. 156).

Nos últimos anos o debate em torno do conceito de região e de seus métodos de análise tem girado em torno do seguinte ponto: no atual período técnico-científico e informacional em que os lugares se

tornam cada vez mais dinâmicos e fluídos, dadas as suas crescentes ligações com o mundo, como pensar a região?

Nesse debate identificaremos de um lado aqueles que veem o fim da região, e de outro os que defendem a sua existência.

Os primeiros, os quais são apontados por Santos (1996) como pensadores pós-modernos, acreditam que com o processo de globalização decorrente da expansão do capital hegemônico em todo planeta, as regiões estariam desaparecendo – o que torna sem sentido construir teorias para o estudo da diferenciação dos lugares.

De outro lado temos os pensadores que defendem a permanência e a existência dos estudos regionais uma vez que concomitantemente ao processo de globalização existe um processo de fragmentação dos espaços.

Por compactuar com o pensamento desses últimos é que faremos algumas considerações sobre a última vertente de pensamento, em especial ao que foi posto por Santos (1996), Santos (1997) Gomes (2003) e Lencioni (2003).

Contra o pensamento dos pós-modernistas, Santos (1996) argumenta que

o mundo como um todo tornou-se uno para atender as necessidades da nova maneira de produzir que passa por cima das regiões, países, culturas etc.. Mas enquanto processos modernos de produção se espalham por todo o Planeta, a produção se especializa regionalmente (1996, p.46)

Nesse contexto “as regiões aparecem como distintas versões da mundialização”. O que, para Santos, mostra que ao invés da globalização garantir a homogeneidade dos espaços, ela “instiga as diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas”. É a partir disso que esse autor afirma “quanto mais os lugares se mundializam mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos.” (1996, p.47)

Para Santos, na atualidade, o estudo regional tem um importante papel, qual seja o de “apontar as diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas regiões do globo” (Ibidem, 1996, p. 47).

Santos reforça a importância de nos estudos regionais não se cometer o equívoco de conceber a região como uma unidade autônoma que se explica por si mesma. Para esse autor deve-se considerar a dialética existente entre o regional e o global.

Em reflexões mais recentes Santos (1997) diz que a região é caracterizada pela sua “coerência funcional” (p.197) entre um ou os múltiplos fatores espaciais, independente do tempo de duração dessa coerência. Isso porque

as condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo. A espessura do acontecer é aumentada, diante do maior volume de eventos por unidades de espaço e por unidade de tempo. A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo o homem. (Idem, Ibidem, 1997, p.197)

Gomes também se posiciona contrário à opinião do pensamento pós-moderno. Isso fica claro quando este diz

Se hoje o capitalismo se ampara em uma economia mundial não quer dizer que haja uma homogeneidade resultante desta ação. Este argumento parece tanto mais válido quanto vemos que o regionalismo, ou seja, a consciência da diversidade continua a se manifestar por todos os lados. O mais provável é que nesta nova relação espacial entre centros hegemônicos e as áreas sob suas influências tenham surgido novas regiões ou ainda se renovando algumas já antigas. (2003, p. 72)

A partir disso esse autor propõe a construção de um conceito de região que esteja adaptado à contemporaneidade e não o abandono das discussões sobre a região como acenam os pós-modernistas.

Lencioni (2003) também se posiciona favorável à continuidade dos estudos regionais e à busca de um conceito coerente com o momento que vivemos. Para esta autora, sendo a escala regional uma escala

intermediária de análise, uma mediação entre o singular e o lugar, o seu estudo poderá permitir revelar a espacialidade particular dos processos sociais globais, o que pode levar “o regional vir a se reabilitar frente ao global, como particularidade da globalização e, assim a própria noção de região também se reabilita”. (p.194)

A partir dessas reflexões emergem os seguintes questionamentos: Os professores de Geografia do ensino básico têm se apropriado dessas discussões a respeito do significado de região? E o conteúdo dos livros didáticos? Está atualizado de acordo com as produções teóricas recentes da academia?

A seguir algumas das respostas encontradas a partir da citada investigação.

3-O significado de região e o saber geográfico escolar: o conhecimento dos professores

As entrevistas com os professores não foram realizadas com o objetivo de apreender uma definição precisa do significado de região, mas sim apreender a compreensão e o entendimento do docente sobre a referida categoria geográfica com o intuito de conhecer o grau de atualização destes em relação às produções teóricas da Geografia. Procurou-se assim construir questionamentos que dessem conta de revelar a compreensão do professor em relação ao significado de região e também alguns aspectos sobre a metodologia utilizada por este para trabalhar junto aos alunos o significado de região. Para tanto duas questões foram fundamentais:

1. Tendo em vista os conhecimentos adquiridos por você ao longo de sua formação (inicial e continuada) faça um breve comentário sobre o significado de região.
2. Dê um exemplo de uma atividade de ensino que você realiza em sala de aula, cujo objetivo seja o de levar o aluno a compreender o significado de região.

A partir desses dois questionamentos dirigidos a 51 professores de geografia constatou-se que o conhecimento do professor do Ensino básico no tocante ao significado de região está bastante aquém daquele discutido pela Geografia acadêmica.

Do total de professores entrevistados 13% não souberam dar o significado de região.

A análise das demais respostas apontou que a concepção que 30% dos professores entrevistados possuem de região foi, em sua maioria, construída no domínio do conhecimento do senso comum. (GOMES, 2003).

Isso significa que a concepção de região dos professores entrevistados está relacionada aos princípios de localização e o de extensão, como referência a um conjunto de área onde há o domínio de determinadas características que distingue aquela área das demais. A região

pode ser assim empregada como uma referência associada à localização e a limites mais ou menos habituais, atribuídos à diversidade espacial (...), como referência a um conjunto de área onde há o domínio de determinadas características que distingue aquela área das demais. (GOMES, 2003, p. 53)

Nas respostas de 20% dos professores constatou-se que a concepção de região construída pelos professores se fez com base no sentido de delimitação de limites e hierarquias administrativas, ou seja, vista como uma “unidade administrativa e, neste caso, a divisão regional é o meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle na administração dos Estados”. (GOMES, 2003, p.53) Segundo Gomes, nesse caso o recorte regional tem sido um recurso utilizado tanto pelos Estados modernos na gestão do território como por muitas instituições e empresas de grande porte como estratégia de gestão dos seus respectivos negócios.

Um fato relevante é que somente 3% dos entrevistados consideraram importante levar em conta a dinâmica histórico-social que originou a formação da região. De um modo geral, a região é concebida pelos professores como uma unidade objetiva, a qual foi criada e delimitada unicamente por critérios alheios ao seu desenvolvimento histórico-social. Do total de professores 34% consideraram que o que caracteriza a região é a sua extensão. Para esses professores a região é um espaço mensurável e absoluto, caracterizado

como um espaço de localização e extensão intermediária entre o local de moradia e o limite do território nacional.

No que diz respeito à metodologia utilizada pelo professor para trabalhar o conceito de região, as respostas levaram a reforçar a constatação de que o professor possui uma concepção desatualizada de região em relação àquela que ocorre no meio acadêmico. Do total, 73% dos professores mostraram que ainda continuam ensinando regionalização com base unicamente na divisão do território brasileiro realizada pelo IBGE. Nenhum dos professores entrevistados nessa etapa mencionou a divisão regional do Brasil com base nos critérios históricos e econômicos. Outro fato que chama a atenção é que os estudos realizados com os alunos não ultrapassam a descrição e a constatação das características individuais de cada região.

Os demais professores até mencionaram o esforço de não ficarem presos à divisão regional do IBGE, mas demonstraram possuir a mesma concepção de região daqueles que ficaram presos à divisão regional do IBGE.

A partir da entrevista percebemos que os docentes estão muito distantes das discussões realizadas por Milton Santos (1996). Para esse autor para se estudar a região é preciso considerar a dialética existente entre o regional e o global e não cometer o equívoco de conceber a região como uma unidade autônoma que se explica por si mesma.

Para Santos, na atualidade, o estudo regional tem um importante papel, qual seja o de “apontar as diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas regiões do globo” (Santos, 1996, p. 47).

Através das atividades de ensino apresentadas pelos professores, constatou-se que estes pelo fato de não estarem em contato com as discussões atuais sobre essa categoria, têm reproduzido simplesmente a noção de região dos livros didáticos. Eles não tem levado o aluno a uma compreensão do processo que dá origem a região. O professor tem levado o aluno a uma mera constatação da existência das regiões, à medida que as atividades de ensino utilizadas por eles com os alunos têm conduzido a um conhecimento da extensão, da localização e das características individuais - físicas e humanas- de cada região estudada. O mais preocupante é que os estudos sobre a região têm se restringido ao estudo das regiões administrativas do IBGE a partir de uma metodologia que almeja a descrição e a memorização dos fatos geográficos.

4- O significado de região e o saber geográfico escolar: o conteúdo dos livros didáticos.

Na entrevista com os professores ficou claro que o livro didático tem sido visto, pela maioria dos professores, como um recurso mais completo e mais prático, e também como o principal e talvez o único instrumento utilizado pelo professor para realizar a mediação entre o aluno e o conhecimento geográfico. Este fato apontou para a necessidade de uma investigação sobre a natureza do conhecimento geográfico veiculado por estes manuais.

Para a seleção dos livros a serem analisados levantou-se o nome daqueles que foram os mais citados durante as entrevistas e a partir desse levantamento foram selecionados aqueles cujo uso é mais frequente pelos professores. Para tanto, foi pedido para os entrevistados citarem o nome de três autores com os quais eles tiveram contato, o que resultou em 153 citações. O quadro a seguir apresenta os autores citados – a classificação de cada um.

Quadro 1: Autores de livros didáticos citados pelos professores entrevistados

Classificação	Autor	Número de citações
1º	Melhem Adas	51
2º	José Willian Vesentini e Vânia Vlach	50
3º	José Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira	16
4º	Elían Alab Lucci	6

5º	4	Igor Moreira	6
6º	4	Celso Antunes	6
7º	4	Raul Borges Guimarães	6
8º	5	Vagner Costa Ribeiro	5
9º	6	Levon Boligian	4
10º	7	Helio Costa Garcia	3
TOTAL DE CITAÇÕES			153

Fonte: VIEIRA (2010)

Melhem Adas foi o autor mais citado pelos professores entrevistados, em segundo lugar classificou-se José William Vesentini e o terceiro lugar foi ocupado por José Eustáquio de Sene. Os demais autores foram citados de forma esporádica cuja frequência se mostrou insignificante em relação àquela com que os três primeiros autores foram citados. Cabe lembrar que o autor José Eustáquio de Sene não foi citado nenhuma vez como primeira opção dos professores e que Melhem Adas foi citado como a primeira opção de todos os professores.

Outro fato importante a se destacar é que das escolas visitadas, todas possuem a coleção dos autores Melhem Adas e José William Vesentini e que somente quatro escolas possuem a coleção do autor José Eustáquio de Sene.

A partir desses resultados, resolvemos realizar uma análise do conteúdo geográfico veiculado pelos livros desses autores, os quais totalizam 12 exemplares, uma vez que os livros desses autores estão organizados em coleções compostas de quatro livros, um para cada série do 3º e do 4º ciclos do Ensino Fundamental.

As coleções objeto de análise foram

- **COLEÇÃO GEOGRAFIA** – Autor Melhem Adas – Editora Moderna.
- **COLEÇÃO GEOGRAFIA CRÍTICA** – Autores José William Vesentini e Vânia Vlach – Editora Ática.
- **COLEÇÃO TRILHAS DA GEOGRAFIA** – Autores: José Eustáquio de SENE e João Carlos Moreira – Editora Scipione.

Abaixo estão representados os resultados da análise que realizamos das referidas coleções.

COLEÇÃO GEOGRAFIA

Autor: Melhem Adas
 Editora Moderna.

O autor dessa coleção não se dedicou a discutir especificamente o significado de região. Nos momentos em que esse termo aparece, ele vem atrelado às discussões sobre a divisão dos espaços em regiões, ou seja, divisão de um determinado espaço em partes que devem possuir características comuns. Essas características comuns podem ser de ordem física ou natural ou de ordem histórico-social-econômica. De um modo geral a preocupação do autor é com a delimitação das regiões e com a apresentação das características de cada região.

No exemplar destinado à 6ª série o autor promove algum esclarecimento sobre a regionalização do Brasil através de uma linguagem acessível aos alunos dessa faixa etária. Essas reflexões são feitas em

forma de *Box*. Aí ele apresenta as duas principais formas de regionalização do território brasileiro: A divisão regional segundo os critérios do IBGE e aquela baseada em critérios histórico-econômicos que divide o território brasileiro em três complexos regionais. Em um primeiro momento o autor apresenta o mapa do Brasil e suas regiões de acordo com os critérios do IBGE e promove um esclarecimento sobre os critérios utilizados.

Essa divisão regional tem por base ou critério os elementos naturais (relevo, clima, vegetação, hidrografia), com exceção da Região Sudeste, cujo critério para defini-la foi o econômico, ou seja, é uma região que se diferencia das demais pela força de sua economia (principal área industrial, agropecuária moderna, centro financeiro do país etc.). Também devemos considerar que o IBGE utiliza a divisa entre os estados para definir cada região, para facilitar o levantamento de dados estatísticos como, por exemplo, o censo demográfico ou populacional, a produção agrícola e industrial por estado, o número de crianças em idade escolar, o número de casas com energia elétrica, rede de água, esgoto etc. São dados que os governos federal, estaduais e municipais utilizam para planejar sua ação na área sob a sua administração, como por exemplo, construção de casas populares, estradas, escolas, hospitais, etc. Assim, essa divisão regional cumpre a finalidade de atender as necessidades de levantamentos estatísticos. (ADAS, 2002, p. 28)

Posteriormente, o autor mostra outra forma de divisão do espaço brasileiro em regiões, qual seja aquela que utiliza critérios históricos e econômicos do território brasileiro. Nesse sentido o autor se manifesta:

Além da divisão do território brasileiro em Grandes, ou Macrorregiões, realizada pelo IBGE, mostradas no capítulo 2 desse livro, o Brasil também pode ser dividido em regiões geoeconômicas. Essa divisão regional tem como base as características geoeconômicas e a formação histórico-econômica do espaço, isto é, os aspectos da economia (Geografia Econômica) e da formação histórica dos espaços regionais. São três as regiões geoeconômicas: o Nordeste, o Centro Sul e a Amazônia. Observe que a divisão em regiões geoeconômicas não está baseada nas divisas entre os estados, e sim nas características econômicas. Por exemplo, o norte de Minas Gerais está incluído na região nordeste, pois possui muito mais características econômicas do Nordeste do que do Centro-Sul. Da mesma forma, grande porção de Mato Grosso e o oeste do Maranhão estão incluídos na Região Amazônica, pois suas características econômicas se assemelham mais às da Amazônia do que às do Centro-Sul. (Idem, *Ibidem*, 2005, p. 95)

Em seguida a essas considerações o autor promove um estudo detalhado de cada região brasileira. Apesar de ter havido aí um estudo detalhado e individualizado das regiões em suas características naturais, econômicas e históricas, detectou-se a preocupação do autor em deixar claro para o aluno-leitor a existência da integração entre as regiões brasileiras. Verificou-se também a preocupação em contextualizar a existência das diferentes regiões brasileiras no processo de desenvolvimento histórico do capitalismo.

Nos exemplares destinados à 7ª e à 8ª séries verificou-se que o autor dá ênfase ao processo de divisão dos espaços em regiões. Ele não se dedica a refletir especificamente o conceito dessa categoria. No exemplar que se destina à 7ª série o autor utiliza uma escala de divisão supranacional quando aponta as diversas formas de divisão do espaço mundial. Inicialmente apresentou a divisão do mundo em regiões de acordo com critérios físicos e naturais o que ele intitula como *A regionalização do mundo em biomas*. Em seguida promove reflexões sobre a divisão do mundo a partir de critérios históricos, econômicos e sociais que intitula como *A regionalização do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos ou do Terceiro mundo, A regionalização segundo o nível científico e tecnológico e o índice de desenvolvimento Humano*.

Para fins didáticos, no exemplar destinado à 7ª, o autor promove um estudo detalhado das regiões subdesenvolvidas do mundo tais como América Latina, Ásia e África. No exemplar destinado à 8ª série, o autor realiza um estudo detalhado das regiões desenvolvidas tais como: Japão, China, Europa Ocidental e CEI, Estados Unidos e Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Além de apresentar uma discussão sobre o processo de Globalização de um modo geral

Em todos esses estudos nota-se a preocupação do autor em realizar um estudo individualizado de cada região mencionada, ao mesmo tempo em que se preocupa em registrar as relações existentes entre elas. Além disso, ele procura realizar a contextualização de cada região no processo histórico de desenvolvimento do sistema capitalista – o que certamente constitui um elemento importante.

Porém, não se detectou, em momento algum, a preocupação do autor em promover o esclarecimento do significado de região. Ele partiu diretamente da divisão regional dos espaços ao invés de investir inicialmente em reflexões a respeito do significado de região. Esse tipo de metodologia pode até ser interpretada como uma forma didática, encontrada pelo autor, para realizar a transformação do saber científico em saber escolar e, também parecer coerente, tendo em vista que o conceito de região é algo complexo e bastante abstrato para uma compreensão eficaz por parte do aluno. Até mesmo no meio acadêmico esse conceito ainda encontra-se bastante indefinido. No entanto, considera-se que, em sua metodologia, seria preciso que o autor deixasse mais claro que o significado de região ultrapassa o da simples divisão de um determinado espaço.

Outro momento em que o autor trabalha o significado de região sem necessariamente trabalhar o seu conceito de forma sistematizada foi quando discorreu sobre as regiões metropolitanas do Brasil e seu poder de influência regional e nacional e também quando aborda a existência das megalópoles e sua influência mundial.

Nesses momentos é possível interpretar que o autor está se utilizando do conceito de região enquanto unidade administrativa.

Abaixo está apresentado um dos momentos, presentes no exemplar destinado à 6ª série, em que esse fato ocorre.

A industrialização, somada ao dinâmico setor de serviços, faz das regiões metropolitanas de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte o “coração econômico do Brasil”.

Região metropolitana é um conjunto de municípios contíguos ou unidos e integrados social e economicamente a uma cidade central e com serviços de infra-estrutura comuns (transportes, pavimentações, rede de água e esgoto, postos de saúde, hospitais, etc.)

O que significa ter serviços públicos de infra-estrutura comuns? Significa que as prefeituras dos municípios que formam uma região metropolitana têm de administrar o espaço geográfico ocupado por eles de forma conjunta e não isoladamente. (...)

A exemplo das demais regiões do país, o Sudeste faz parte do espaço geográfico mundializado ou globalizado. Está articulado e integrado não só às demais regiões brasileiras, como também aos espaços geográficos mundiais. Em vista disso, a reconstrução e reorganização espacial atual do sudeste é comandada tanto por fatores internos como externos. (ADAS, 2002, p.82)

Em seguida o autor promove um estudo detalhado das regiões metropolitanas existentes no Brasil. Aí se percebe que existe uma preocupação do autor em promover uma abordagem do processo histórico de desenvolvimento dessas regiões. O mesmo ocorrendo com os estudos das megalópoles nos demais exemplares da coleção.

COLEÇÃO GEOGRAFIA CRÍTICA

Autores José William Vesentini e Vânia Vlach

Editora: Ática.

Nessa coleção as discussões sobre o significado de região têm início no exemplar destinado à 6ª série, de modo específico no capítulo 9, intitulado *O Brasil e suas regiões*. Não existe aí uma reflexão a respeito do significado da referida categoria. Os autores introduzem o assunto anunciando a existência de contrastes regionais no território brasileiro.

Os contrastes regionais no interior do território brasileiro originaram-se da formação histórico-econômica do nosso país. Ou seja, devem-se ao modo pelo qual o Brasil se desenvolveu, desde sua colonização por Portugal até a independência e posterior industrialização e urbanização, ocorridas principalmente no século XX. (VESENTINI e VLACH, 2003, p.119)

Posteriormente apresentam a regionalização do território brasileiro de acordo com os critérios do IBGE e também de acordo com os critérios históricos e econômicos do território brasileiro. A partir desse momento percebe-se que os autores declaram timidamente a concepção que possuem de região. Numa análise dos trechos abaixo e das frases grifadas essa concepção é percebida.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dividiu o Brasil em cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Essa já é uma divisão antiga, realizada há cerca de 30 anos. Inúmeras mudanças ocorridas no país nas últimas décadas tornaram essa divisão problemática. Contudo, ainda é uma regionalização bastante utilizada em alguns livros, jornais e revistas, razão pela qual devemos conhecê-la (...).O grande problema da divisão regional do IBGE é que ela se baseia nos limites entre os estados brasileiros. Às vezes essa divisão não reflete com clareza as características de cada região. (...).Nem sempre as divisas entre os estados são adequadas para servir como limites entre regiões, pois estas devem reunir as características comuns, além de expressar as ligações econômicas e comerciais e culturais entre porções territoriais nem sempre as divisas entre estados são adequadas para servir como limites entre as regiões, pois **estas devem reunir as características comuns, além de expressar as ligações econômicas, comerciais e culturais mais estreitas entre porções territoriais**(...). Outra divisão regional do Brasil é aquela que estabelece três complexos regionais ou regiões geoeconômicas: a Amazônia, o Nordeste e o Centro – Sul. Esta divisão em grandes regiões não se preocupa tanto com as divisas entre estados e **sim com os traços comuns entre enormes porções territoriais**.A divisão em três complexos regionais está mais de acordo com a formação histórico-econômica do país. (Ibidem p. 122-123, grifo nosso)

Conclui-se que os autores concebem a região como porções do território que possuem características comuns e estreitas ligações econômicas, comerciais e culturais.

Posicionando-se favoráveis à divisão regional do Brasil em três regiões geoeconômicas, os autores partem para um estudo mais detalhado de cada região. Nesse estudo percebeu-se a preocupação dos autores em promover reflexões que levem o aluno-leitor a compreender a integração existente entre as três regiões estudadas. Outro ponto que merece ser destacado é que houve uma preocupação, embora tímida, por parte dos autores em contextualizar o desenvolvimento de cada região no processo histórico de formação do território brasileiro.

Nesse exemplar, em nenhum momento percebeu-se que os autores trabalharam o significado de região além do exposto acima. Até mesmo quando abordam o processo de metropolização do Brasil, o fazem sem realizar nenhuma ligação com o significado de região. Os autores nomeiam as regiões metropolitanas do Brasil como *áreas metropolitanas*.

Nesse contexto, um ponto fraco das discussões realizadas pelos autores é o de que existe pouca reflexão sobre a relação existente entre o local, o regional e o global. As reflexões realizadas por eles pouco mostram as relações existentes entre as diferenciações do território brasileiro e o processo histórico de desenvolvimento capitalista. Existe uma preocupação mais com a caracterização de cada região.

No exemplar destinado à 7ª série os autores se dedicam a mostrar a diferenciação do espaço mundial, mas não discutem propriamente o conceito de região. Partem para uma explanação das formas utilizadas para a regionalização do mundo. Assim apresentam a divisão do mundo com base em alguns critérios naturais e de forma mais detalhada apresentam alguns critérios sociais de regionalização do mundo, tais como: a divisão em países ricos e países pobres, a divisão em blocos e a divisão com base nas diferentes culturas e civilizações. Nessas discussões muito pouco se utilizou o significado de região, o que se notou é que houve uma mera descrição das formas de divisão do mundo. As discussões sobre a região ficaram restritas ao processo de divisão do território. Muito pouco se tratou da regionalização como um processo, o que ocorreu foi a abordagem da divisão do mundo como um fato em si. Em muitos momentos os autores utilizam o termo agrupamento de países ao invés de regionalização do mundo.

No exemplar destinado à 8ª série os autores promovem a apresentação dos países do norte, os quais eles consideram como países desenvolvidos. Não detectamos reflexões sobre o significado de região. Somente informações sobre diferenças regionais existentes nos vários países. Como por exemplo, as

diferenças econômicas, sociais e culturais entre os países da Europa Ocidental e os da Europa Oriental e mesmo as diferenças existentes dentro de um mesmo país, como é o caso da Itália, da Alemanha, as diferenças existentes entre diversas porções do território dos Estados Unidos, etc. O termo região aparece em vários momentos, mas em nenhum deles foi percebido um aprofundamento do significado.

Os autores se mantiveram fiéis à concepção de região adotada nos demais exemplares, qual seja a de região como porção do território com características que a definem.

COLEÇÃO TRILHAS DA GEOGRAFIA

Autores: José Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira

Editora: Scipione.

Os autores dessa coleção como os demais, introduzem a temática da região no exemplar destinado à 6ª série em seu capítulo 9, intitulado *A organização do espaço brasileiro*. Aí apresentam mapas do Brasil tanto com a divisão regional do Brasil realizada pelo IBGE – Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste - quanto com a divisão em três complexos econômicos regionais – Amazônia, Centro-Sul e Nordeste.

O IBGE é um órgão do governo federal, responsável pela coleta e divulgação de dados oficiais sobre os indicadores socioeconômicos – agricultura, indústria, energia, população, saúde, educação, moradia, etc. – e pela caracterização física e política do território – clima, solos, estados, municípios e muitos outros dados oficiais.

Observe no mapa que o limite das regiões coincide com a divisa dos Estados. Esse critério foi estabelecido justamente para facilitar a divulgação dos dados estatísticos. Portanto conhecer essa forma de divisão do território é importante para podermos interpretar os dados oficiais divulgados pelo governo. (...) Como você pode observar, existe mais de uma forma de dividir o território brasileiro em regiões. No mapa que você acabou de analisar, o Brasil está dividido em três grandes complexos econômicos regionais: Centro-Sul, Amazônia e Nordeste. Essa forma de regionalizar o país é também bastante utilizada. (SENE e MOREIRA, 2001, p. 172-173).

Em seguida os autores promovem uma breve explanação das principais características dos três complexos econômicos regionais e adotam a divisão oficial do IBGE para um estudo mais detalhado que vai do capítulo 10 ao capítulo 15.

Outro momento nesse exemplar, em que o termo região aparece é quando os autores trabalham as cidades e as metrópoles da Região Sudeste. Aí os autores utilizam o termo *regiões metropolitanas* e insinuam de forma leve o poder de influência e de polarização das regiões metropolitanas para a região e para o território nacional.

Até então não se identificou em nenhum momento reflexões a respeito do significado de região.

É no capítulo 10, intitulado *Brasil: regionalização e globalização*, do exemplar destinado à 7ª série, que os autores deixam claro a sua concepção de região.

A palavra região tem vários sentidos em nosso dia-a-dia. Falamos em região industrial, região da laranja, região da seca, região do Bico do Papagaio, região de expansão de fronteiras agrícolas, região do IBGE, região de planejamento, região natural, região mais pobre, mais rica e várias outras delimitações territoriais em que a palavra pode ser livremente utilizada. É importante destacar que em todas as expressões com essa palavra, há uma característica comum: referem-se a uma área que, independentemente do tamanho, diferencia-se de seu entorno, distingue-se do que há em volta, por uma ou mais particularidades. Muitas vezes, as regiões se individualizam por uma combinação de fatores. Por exemplo: a campanha gaúcha possui características naturais próprias (coxilhas subtropicais com vegetação rasteira), formas de produção econômica particulares (latifúndios com agricultura mecanizada e criação de gado) e uma história única de ocupação que remonta aos primórdios da colonização portuguesa e ao genocídio da população indígena. As regiões podem também ser individualizadas por um produto agrícola, (região do tabaco, da cana de açúcar, etc.) pelas aglomerações urbanas (regiões metropolitanas) pela polarização exercida por uma grande cidade (...), pelas políticas de

desenvolvimento regional (região de planejamento da Sudene, por exemplo) ou, como no caso da divisão oficial do IBGE, pela delimitação de uma base territorial que respeita a divisa dos estados e é utilizada para a divulgação de dados estatísticos.

As regiões devem ser entendidas em seu contexto de organização espacial ao longo da história. Algumas mudam de função econômica (substituição da pecuária pelo cultivo, da agricultura de mercado interno pela de produtos de exportação); outras, devido ao desmatamento, deixam de ser uma região natural; ou ainda, são criadas novas regiões industriais, turísticas, religiosas, etc.

Em algumas regiões, as relações sociais e econômicas se estabelecem apenas em escala local ou nacional. Entretanto, principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial, com o avanço da globalização das atividades econômicas, muitas regiões ampliaram o alcance de suas relações: deixaram de ter importância apenas local para se tornarem (sic) centros de atividades conectados com outras partes do mundo. (SENE E MOREIRA, p.202-203)

Com base nos estudos realizados por Gomes (2003) identificou-se aqui a utilização do conceito de região construído tanto no domínio do senso comum e da administração como no domínio da ciência geográfica.

Quando os autores mencionam que

A palavra região tem vários sentidos em nosso dia-a-dia. Falamos em região industrial, região da laranja, região da seca, região do Bico do Papagaio, região de expansão de fronteiras agrícolas, (...) região mais pobre, mais rica e várias outras delimitações territoriais em que a palavra pode ser livremente utilizada. É importante destacar que em todas as expressões com essa palavra, há uma característica comum: referem-se a uma área que, independentemente do tamanho, diferencia-se de seu entorno, distingue-se do que há em volta, por uma ou mais particularidades. (...) as regiões podem ser individualizadas por um produto agrícola, (região do tabaco, da cana de açúcar, etc.). (SENE e MOREIRA, 2001, p.202)

Identificou-se aí que eles recorreram a uma noção de região construída no domínio do senso comum, pois para Gomes (2003)

Na linguagem cotidiana do senso comum, a noção de região parece existir relacionada a dois princípios fundamentais: o de localização e o de extensão. Ela pode assim ser empregada como uma referência associada à localização e à extensão de um certo fato ou fenômeno, ou ser ainda uma referência a limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial. Empregamos assim cotidianamente expressão como – “a região mais pobre”, “a região montanhosa”, “a região da cidade X”, como referência a um conjunto de área onde há o domínio de determinadas características que distinguem (sic) aquela área das demais. Notemos que, como simples referência, não exigimos que esta noção se defina sempre em relação aos mesmos critérios, que haja precisão em seus limites ou que esteja referida sempre a um mesmo nível de tamanho ou escala espacial. (p. 53)

Por outro lado, ao se referirem às regiões do IBGE, as regiões de Planejamento, as regiões metropolitanas e à possibilidade da criação de novas regiões industriais, turísticas ou religiosas, identificou-se que os autores recorreram ao conceito de região como unidade administrativa.

pelas aglomerações urbanas (regiões metropolitanas), (...), pelas políticas de desenvolvimento regional(região de planejamento da Sudene, por exemplo) ou, como no caso da divisão oficial do IBGE, pela delimitação de uma base territorial que respeita a divisa dos estados e é utilizada para a divulgação de dados estatísticos. (...); ou ainda, são criadas novas regiões industriais, turísticas, religiosas, etc. (SENE e MOREIRA, 2001, p. 2002)

No que diz respeito ao conceito de região construído sob o domínio da ciência geográfica, identificou-se que os autores aproximam-se das reflexões realizadas por Santos (1996), Santos (1997) Gomes (2003) e Lencione (2003). Isso ocorre nos momentos em que eles se utilizam da seguinte explicação:

As regiões devem ser entendidas em seu contexto de organização espacial ao longo da história. Algumas mudam de função econômica (substituição da pecuária pelo cultivo, da agricultura de mercado interno pela de produtos de exportação); outras devido ao desmatamento, deixam de ser uma região natural; (...). Em algumas regiões, as relações sociais e econômicas se estabelecem apenas em escala local ou nacional. Entretanto, principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial, com o avanço da globalização das atividades econômicas, muitas regiões ampliaram o alcance de suas relações: deixaram de ter importância apenas local para se tornarem (sic) centros de atividades conectados com outras partes do mundo. (SENE e MOREIRA, 200, p.202-203)

Em outros momentos desse exemplar, os autores voltam a utilizar o conceito de região como unidade administrativa, a partir do momento em que realizam reflexões sobre as microrregiões do Brasil e sobre a divisão regional do Brasil a partir dos eixos de integração e desenvolvimento. Ambas a regionalizações foram propostas pelo IBGE. Isso fica claro nos trechos abaixo respectivamente.

As microrregiões homogêneas são uma outra forma de regionalização do espaço brasileiro proposta pelo IBGE. Da mesma forma que a das macrorregiões, esta divisão regional respeita os limites estabelecidos nas divisas políticas dos estados. As microrregiões homogêneas têm sua área delimitada pela polarização exercida pela cidade mais importante e por todos os outros fatores que a individualizam no estado onde se encontra. Por exemplo, dizer que na microrregião de Belo Horizonte encontra-se a maior concentração industrial do estado equivale a afirmar que todos os municípios que se encontram em seu interior estão integrados e apresentam grande semelhança no seu histórico de ocupação, nas atividades econômicas dominantes e, muitas vezes, até mesmo suas condições naturais. (...) Em 1999 o governo federal divulgou mais uma forma de regionalizar o território nacional, com intenção de divulgar as políticas e estratégias de desenvolvimento regional do país através dos eixos de integração, (...). Esta nova regionalização foi elaborada com base nas diferentes atividades econômicas instaladas no território e na interiorização da infra-estrutura de transportes e energia. (SENE e MOREIRA, 2001 p.205-207)

No exemplar destinado à 8ª série, as discussões sobre a região aparecem de forma sutil quando os autores apresentam o surgimento dos blocos econômicos regionais como uma tendência de regionalização do mundo oriunda do processo de Globalização. Aqui se verificou que os autores estão concebendo a região como um espaço supranacional.

Por fim pode-se afirmar que esses autores foram os únicos a realizarem uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de região. Tais discussões estão bastante coerentes com a faixa etária dos alunos para as quais são propostas. Além disso, verificou-se que foram eles os que se apresentaram mais atualizados em relação às discussões que se realizam no âmbito do saber acadêmico.

5-Considerações Finais

No que diz respeito ao significado de região, os resultados obtidos a partir desta pesquisa apontaram que íntimas relações existem entre o conteúdo dos livros didáticos e a concepção que os professores possuem a respeito da referida categoria geográfica².

² Em pesquisa realizada sobre o processo de formação continuada destes docentes verificou-se que a maioria dos professores tem o livro didático como o seu único referencial teórico. (VIEIRA, 2007)

Outrossim, percebeu-se que as duas coleções didáticas mais utilizadas pelos professores não apresentaram reflexões específicas sobre o significado dessa categoria, ou mesmo sobre o processo de formação da região. Assim como os professores que em suas respostas demonstraram não terem construído para si um conceito de região.

Constatou-se é que os autores partiram diretamente da existência das regiões e a partir daí procuraram apresentar a localização e as características específicas de cada uma delas. Nessa apresentação os autores enfatizaram a concepção de região como o espaço resultante da divisão de um determinado território de acordo com alguns critérios e também enquanto um espaço político e administrativo. As discussões ficaram restritas à apresentação das características e das especificidades de cada região. Este fato talvez se justifique como uma estratégia dos autores para imprimir no conteúdo de seus livros uma discussão mais didática para os alunos – o que não os exime dos efeitos negativos que esse fato possa ter no processo de formação do aluno-cidadão.

No que diz respeito às respostas dos professores esse fato também aparece. Os professores dificilmente conseguiram definir a região, pois ao serem inquiridos sobre o seu significado partiam diretamente para exemplos concretos da existência de regiões e quase sempre esses exemplos apontavam para a divisão regional do Brasil que foi realizada pelo IBGE. Aqueles que arriscavam uma definição o faziam considerando a região como porções de um território com características que as definem. Quando questionados sobre uma atividade de ensino em que consideram trabalhar o significado de região, a maioria dos professores apontou atividades realizadas na 6ª série sobre a regionalização do Brasil realizada sob os critérios do IBGE. Algumas respostas apontaram também para a regionalização em escala supranacional como a divisão do mundo em blocos econômicos ou a divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Porém, ambas as abordagens foram realizadas objetivando a descrição em separado das características de cada região em estudo.

Os resultados apontaram para uma desatualização teórico-metodológica dos professores no que tange às inovações teóricas da Geografia acadêmica. O mesmo constatou-se em relação ao conteúdo veiculado pelo principal material de Ensino: o livro didático. Estes resultados conduzem a algumas indagações sobre o futuro do ensino de Geografia enquanto instrumento de formação do indivíduo consciente: O que esperar de um ensino cujo professor não possui um conhecimento atualizado a respeito da ciência que é referência de sua disciplina? Como esse professor poderá desenvolver junto ao aluno o raciocínio geográfico para que este possa pensar o mundo atual em sua complexidade espacial? O que esperar de um ensino cujo instrumento de formação do professor sobre o conhecimento geográfico é o mesmo dos alunos – o livro didático? Quais ações precisam ser implantadas pelas autoridades educacionais para que o professor tenha acesso a outros veículos de formação a respeito da natureza teórico-metodológica da ciência geográfica? Como conscientizar o professor sobre o seu papel de agente da sua própria formação?

As respostas a essas indagações devem ser construídas por todos os profissionais da Geografia, tanto aqueles que trabalham com o saber geográfico escolar como os que trabalham no âmbito da produção das teorias da ciência geográfica. E ainda, e por todos aqueles que de uma forma ou de outra têm se envolvido com movimentos que visam à melhoria da qualidade do ensino público e gratuito do país.

6-Bibliografia

- ADAS, Melhem. Geografia, volumes 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries. 4ª edição. São Paulo: Moderna. 2002.
- CANDAU, Vera Maria. A Didática e a relação forma /Conteúdo. In CANDAU, Vera Maria (org.). *Rumo a uma nova Didática*. 12ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p.29-37.
- GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, p. 49-76.
- JULIÁ, Dominique. Disciplinas Escolares: Objetivos, Ensino e Apropriação. In: LOPES Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (orgs). *Disciplinas e integração curricular: história e Políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 37-71
- LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 2003.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço-Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SENE Eustáquio de & MOREIRA, João Carlos. *Trilhas da Geografia*, volumes 5^a, 6^a, 7^a e 8^a séries. São Paulo: Scipione. 2000.

VADEMARIN, Vera Vanessa. O discurso pedagógico como forma de transmissão do conhecimento. In: *Caderno CEDES*, n.44, p.73-84, 1998.

VESENTINI, José W. & VLACH, Vânia. *Geografia Crítica*. Volumes: 5^a, 6^a, 7^a e 8^a séries. São Paulo: Ática. 2002.

VIEIRA, Noemia Ramos. *As questões das geografias do ensino superior e do ensino fundamental a partir da formação continuada do professor e das categorias de lugar, paisagem, território e região: um estudo da diretoria regional de ensino de Marília*. Presidente Prudente, 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Tecnológicas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Marília, 2007.

VIEIRA. Noemia Ramos . *Pesquisa realizada com 51 professores de Geografia das Escolas estaduais do perímetro urbano de Marília*. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Marília. 2010.